

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE FRANCA – 07 DE FEVEREIRO DE 2013.

Aos sete dias do mês de fevereiro de 2013 às oito horas, na sede da Secretaria de Ação Social, teve início à segunda reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência da presidente e representante titular da Sociedade Civil representando as Organizações de Atendimento a Pessoas com Deficiência. Estiveram presentes na reunião **dezoito (18) conselheiros**

sendo: sete (7) do poder público e onze (11) da sociedade civil, sendo os seguintes conselheiros titulares: Mônica Costa Martins Vaz Ferreira, Dalva

Deodato Taveira, Daiane Michele Silva, Márcio Henrique Silva Nalini, Carlos Donizete Moreira Mattos, José Fernando Siqueira da Silva, Maria Ângela

Vilhena Ambrósio, Fernanda Barcelos Figueiredo Salomão, Elisa Francisconi, Raquel Renzo da Silva, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Cristiany de

Castro, José Augusto C. Jacintho; **conselheiros suplentes:** Solange Aparecida Figueiredo Salomão, Padre Célio Adriano Cintra, Clóves Plácido

Barbosa, José Carlos Gomes; **conselheiros na titularidade:** Anita Pereira Ferraz. **Com a seguinte pauta:** Pleito do CMAS – discussão e deliberação

sobre a prorrogação do mandato dos conselheiros com vencimento em Abril/2013; Constituição de Comissão responsável pela Alteração da Lei de

criação do Conselho nº 5.491/2001; Apresentação e Recomposição das Comissões de Trabalho; Discussão e definição de datas para o Encontro com

Israild objetivando o levantamento de temas de interesse para a proposta das Capacitações do colegiado; Discussão e definição de datas para a reunião com

o Deputado Ubiali; Publicação da resolução nº 01/2013 sobre a Comissão da VIII Conferência Municipal de Assistência Social; Ofício de solicitação de

26 desligamento da conselheira Gislaine Alves Liporoni Peres e informe ao
27 colegiado sobre a divulgação do relatório de atividades do CMAS 2012. A
28 presidente Tina iniciou a reunião apresentando as justificativas de ausência dos
29 conselheiros: Denizar, Márcia e André. Após, fez a leitura da pauta do dia que
30 foi aprovada sem alterações. Em seguida a conselheira Raquel realizou a
31 leitura da ata da reunião do dia 24 de Janeiro de 2013 que foi aprovada com as
32 correções indicadas nas linhas 33 e 172. Dando seguimento Tina passou ao
33 primeiro assunto da pauta referente à discussão da proposta de prorrogação do
34 Pleito do Conselho Municipal/2013 devido à necessidade de adequação da Lei
35 de Criação do Conselho. Informou que foi solicitado às representantes da OAB
36 que analisassem a legalidade dessa prorrogação. A conselheira Cristiany
37 expôs que após análise da Lei de Criação e do Regimento Interno do CMAS,
38 constatou não haver nenhuma referência quanto à possibilidade de
39 prorrogação, disse que buscou informações também junto ao CNAS e
40 Conseas, na qual foi orientada de que existe a possibilidade de prorrogação
41 por alguns dias, porém, somente em situações de caráter excepcional.
42 Esclareceu que não há fundamentação legal para a prorrogação por um
43 período extenso, ressaltando ainda que não se tem a garantia de que no
44 período de 01 ano a nova lei já estará aprovada. O conselheiro José Fernando
45 ressaltou que a prorrogação poderia ser interpretada de forma equivocada
46 sendo politicamente inadequado para o conselho. A presidente explicou que,
47 diante da situação apresentada, a orientação é para que se faça a eleição em
48 abril. Marcio assinalou a importância de se estabelecer no Edital de Eleição um
49 prazo para o encerramento do mandato e renovação do colegiado de acordo
50 com a nova legislação, quando for aprovada a nova Lei de Criação. Fernando

51 solicitou esclarecimentos sobre quais serão as adequações necessárias e
52 Marcio informou que estas se referem, além de outras, a alterações na
53 composição do Conselho quanto às representações da sociedade civil, sendo a
54 recomendação do CNAS: Organizações e Representantes de Usuários;
55 Entidades e Organizações de Assistência Social e Entidades ou Organização
56 de Trabalhadores da área. Após algumas considerações dos conselheiros ficou
57 definido pela não prorrogação do Pleito Eleitoral do CMAS-2013. Tina sugeriu,
58 então, que fosse constituída a comissão para a realização do Pleito Cmas e
59 com a ressalva de que os conselheiros que terão seus mandatos vencidos
60 neste ano não poderão fazer parte desta. A secretaria executiva Maria Amélia
61 informou quais conselheiros terão seus mandatos encerrados em Abril. A
62 comissão para organização do Pleito CMAS ficou assim composta: José
63 Fernando, Raquel, Fernanda e Cloves. Em seguida passou-se a constituição
64 da Comissão de Alteração da Lei de Criação do CMAS, ficando os seguintes
65 membros: Ernestina, Marcio, Cristiany, José Fernando e José augusto. O
66 próximo assunto foi a apresentação e recomposição das comissões de
67 trabalho, estando o quadro com as alterações em anexo a esta ata. Dentre as
68 discussões acerca deste assunto, o conselheiro Marcio sugeriu que a comissão
69 de Análise de Projetos seja temporária e constituída somente quando houver
70 projetos a serem analisados, enfatizando que não poderão fazer parte da
71 mesma os conselheiros que tenham alguma ligação com a
72 entidade/organização que apresentou o projeto. Quanto à publicação da
73 resolução conjunta que regulamenta o artigo 35 do Estatuto do Idoso, a
74 comissão constituída irá reunir-se para definir sobre a publicação da mesma.
75 Foi discutido sobre a responsabilidade pela organização da Audiência Publica e

76 o conselheiro Marcio entende que é atribuição da Comissão de Comunicação e
77 Divulgação. Monica e Dalva tem outro entendimento, alegando que essa
78 comissão tem a responsabilidade pela divulgação e não pela organização. Tina
79 sugeriu que esse assunto seja discutido quando for aprovada a data da
80 realização dessa Audiência Pública. A presidente do colegiado fez a ressalva
81 de que após o Pleito Eleitoral deste ano, será necessário reorganizar as
82 comissões uma vez que poderão ocorrer mudanças com relação aos
83 conselheiros. Dando prosseguimento à pauta foi discutida a definição de datas
84 para o Encontro com a Professora Israild para a reflexão sobre as
85 capacitações. Fernanda sugeriu que os temas sejam encaminhados por email.
86 O colegiado concordou com a proposta da conselheira e estipulou o prazo de
87 uma semana para que sejam encaminhados os temas. Após, as propostas
88 serão sintetizadas e encaminhadas para a Professora Israild. Dalva informou
89 que o Órgão Gestor ainda não concluiu o levantamento de sugestões para
90 capacitações, proposto na reunião passada, e colocou-se a disposição para
91 acolher as propostas dos conselheiros. A conselheira informou que este ano
92 deverá ser elaborado o Plano Plurianual, sendo este uma projeção das ações
93 da Política de Assistência Social para os próximos 04 anos e sugere que as
94 entidades já comecem a refletir sobre quais são as demandas, metas e
95 propostas que deverão ser apresentadas pela rede socioassistencial. Tina
96 passou então a discussão sobre possíveis datas para a reunião solicitada pelo
97 deputado Ubiali sendo enfatizada a necessidade do Conselho estar preparado
98 para essa reunião. José Fernando ressaltou que este deve ser um momento de
99 apresentação de demandas coletivas e não individuais da Política de
100 Assistência Social. Cloves recordou-se do episódio vivenciado pelo conselho

101 referente às emendas parlamentares do próprio deputado, reforçando a
102 importância dos deputados conhecerem a Política de Assistência Social. Dalva
103 esclareceu a situação ocorrida informando sobre a impossibilidade do Órgão
104 Gestor de viabilizar a liberação do recurso uma vez que o valor foi diluído para
105 várias entidades, porém não é permitido um valor menor que R\$100.000,00.
106 José Carlos sugeriu que seja discutido o reajuste dos valores repassados pela
107 União. Dalva esclareceu que os recursos da União são repassados aos
108 Municípios através do orçamento do MDS e após discussões junto ao
109 Conselho Nacional. A conselheira Tina sugeriu que, neste momento, seja
110 definida a data da reunião com o Deputado e posteriormente seja constituído
111 um grupo para a preparação de temas a serem tratados. Márcio destacou que
112 o fundamental neste momento é estabelecer esse canal de comunicação com o
113 deputado, informando que no Congresso Nacional existe uma frente
114 parlamentar de Assistência Social na qual o Conselho poderia incentivar o
115 deputado para que integre essa frente e assim possa levar as demandas da
116 política de assistência social do município, como por exemplo, a questão de
117 financiamento. José Carlos ressalta a importância dessa articulação do
118 Conselho junto ao executivo e legislativo. Ficou aprovada a data de 15 de
119 março às 08 horas na sala de reuniões da Secretaria de Ação Social. Em
120 seguida a conselheira Tina informou que a resolução nº 01/2013, que constituiu
121 a comissão organizadora da Conferencia Municipal, já foi publicada. O seguinte
122 informe foi sobre o ofício de solicitação de desligamento da conselheira
123 Gislaine. Falou em seguida, sobre a divulgação do relatório das atividades
124 junto ao Prefeito, à Câmara de vereadores, entidades e outros. E como último
125 informe apresentou o convite para a inauguração do novo prédio onde será

126 executado o Programa Pro jovem adolescente, que será dia 08/02 às 10 horas
127 da manhã. A secretaria Maria Amélia informou sobre o convite enviado aos
128 conselheiros a respeito da preparação para a eleição de Comissão Regional de
129 segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CRSANS, realizada no dia
130 06/02, na qual os conselheiros Cloves e Carlos estiveram presentes. Cloves
131 falou da importância da participação e apresentou um Manual de Orientações
132 para essa eleição que será enviado a todos os conselheiros para conhecimento
133 e divulgação. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e a ata
134 lavrada pela secretaria executiva do CMAS.

135

136